

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	39
2. MINERAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO	43
2.1. Conceitos elementares e características da atividade minerária	43
2.2. Importância da mineração	54
2.3. Peculiaridades da mineração	58
2.3.1. Pressupostos naturais ou físicos	60
2.3.2. Pressupostos econômicos	67
2.3.3. Pressupostos jurídicos	70
2.4. Utilidade pública e interesse social: mineração em áreas de preservação permanente (APPS) e em mata atlântica	72
2.5. Princípios e autonomia do direito minerário	77
2.5.1. Breves considerações acerca da aplicação dos princípios	82
2.5.2. Princípio da prevalência da mineração sobre a maioria das atividades econômicas e sobre os interesses privados	86
2.5.3. Princípio do interesse nacional	91
2.5.4. Princípio da destinação dos recursos minerais ao uso geral	94
2.5.5. Princípio do resultado global	95

2.5.6. Princípio da recuperação do ambiente degradado	97
2.5.7. Princípio da vedação à especulação de direitos minerários	98
3. SISTEMAS DOMINIAIS E CONSTITUIÇÃO MINERÁRIA	99
3.1. Desenvolvimento histórico dos sistemas de propriedade minerária	100
3.2. Mineração na constituição brasileira de 1988	109
3.2.1. Recursos minerais e domínio da União (art. 20, IX): natureza jurídica de bem público	109
3.2.2. Mineração na Ordem Econômica (art. 176)	115
3.2.3. Competência legislativa, competência material, taxa de fiscalização das atividades de mineração e indenização monetária por danos causados ao meio ambiente	124
3.2.4. A (im)possibilidade de regulamentação do art. 176 por meio de Medida Provisória	127
3.3. Domínio dos recursos minerais nas constituições dos países sul-americanos	135
3.4. Estatalidade e recursos minerais	143
3.5. Política mineral	145
4. REGULAÇÃO ECONÔMICA MINERÁRIA	149
4.1. Intervencionismo estatal, ordem econômica e mineração	153
4.2. Regulação econômica, autorregulação e regulamentação	158

4.3. Regulação minerária no Brasil	162
4.3.1. Entidade responsável pela regulação minerária	163
4.3.1.1. Transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral em Agência Nacional de Mineração	164
4.3.1.1.1. Origem e estrutura do DNPM	164
4.3.1.1.2. Perfil das agências reguladoras no Brasil	167
4.3.1.2. Possíveis impactos advindos da transformação do DNPM em ANM	172
4.3.2. Mineração brasileira e desenvolvimento	181
4.3.2.1. CFEM: Natureza jurídica, fato gerador, base de cálculo e alíquotas	182
4.3.2.2. Distribuição e aplicação da CFEM	187
5. REGIMES MINERÁRIOS	197
5.1. Aspectos gerais	197
5.1.1. Minas manifestadas	200
5.1.2. Atividades que não estão sujeitas aos regimes minerários: art. 3º, § 1º, do Código de Mineração	203
5.1.3. Modos de aquisição dos direitos minerários: direito de prioridade e procedimento de disponibilidade	205
5.1.4. Sigilosidade	213
5.2. Regime de autorização	220

5.2.1. Aspectos gerais, descrição da pesquisa e Reconhecimento Geológico	220
5.2.2. Competência e legitimidade	224
5.2.3. Procedimento administrativo e ação de avaliação e renda	225
5.2.4. Obrigações do titular do Alvará de Pesquisa	234
5.2.5. Hipóteses excepcionais de extração mineral antes da concessão de lavra: Guia de Utilização	237
5.2.6. Natureza jurídica	244
5.3. Regime de concessão	246
5.3.1. Aspectos gerais, descrição de lavra, competência e legitimidade	246
5.3.2. Procedimento, obrigações do titular, direitos do superficiário, processo judicial e servidão mineral	248
5.3.3. Falta de interação com a regulação ambiental. Regime jurídico dos rejeitos	254
5.3.4. Natureza jurídica	259
5.4. Regime de licenciamento	261
5.4.1. Aspectos gerais e competência	261
5.4.2. Natureza jurídica e procedimento	265
5.4.3. Mineração em leito de rio	267
5.5. Regime de permissão de lavra garimpeira	269
5.6. Regime de registro de extração	271
5.7. Responsabilidade criminal	275
5.8. Regimes minerários no projeto de novo marco regulatório da mineração	284
5.9. Bloqueio minerário	287
5.10. Reserva nacional de determinada substância mineral	292

5.11. Cessão, transferência e oneração de direitos minerários	296
5.12. Mudança de regime de aproveitamento das substâncias minerais	300
5.13. Grupamento Mineiro	303
5.14. Englobamento de Áreas	306
5.15. Desmembramento de áreas de concessão de lavra	307
5.16. Desmembramento de limite de jazida em profundidade por superfície horizontal	308
5.17. Consórcio de Mineração	311
5.18. Arrendamento de direitos minerários	314
5.19. A lavra garimpeira flutuante e o projeto de lei nº 2.973/2023	317
5.20. Sanções e nulidades	320
5.21. Política nacional de minerais críticos e estratégicos	327
 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	 331
 REFERÊNCIAS	 335